

A ARTICULAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO TERRITÓRIO DO SERIDÓ PARAIBANO: ENTRELAÇAMENTOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Avanço de Investigação em Curso.

GT 07 – Desenvolvimento Territorial e Local: Desigualdades e Descentralização

Jefferson Cordeiro de Souza
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Ângela Maria Cavalcanti Ramalho
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

RESUMO:

A análise do processo de articulação de atores sociais tem sido temática recorrente nos debates acadêmicos e círculos de pesquisas, com contornos específicos à contribuição que pode promover na abordagem participativa e na ampliação de possibilidades às estratégias regionais de formulação de políticas públicas. No Brasil ganhou força, na última década do século XX, a adoção de mecanismos conceituais definidos como políticas de desenvolvimento territorial. A região do Seridó do Estado da Paraíba, *locus* geográfico desta pesquisa, foi incluída no ano de 2010 no âmbito desta política nacional. Este estudo objetiva analisar o processo de articulação de atores sociais e sua contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável do Seridó Paraibano, a partir da construção de políticas públicas resultantes deste processo.

Palavras-Chave: Articulação de Atores Sociais, Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial Sustentável.

RESUMEN:

El análisis del proceso de articulación de los actores sociales han sido tema recurrente en los debates y los círculos académicos de investigación, contorneada para la contribución específica que puede promover el enfoque participativo y la ampliación de las posibilidades de estrategias regionales para la formulación de políticas públicas. En Brasil ganó impulso en la última década del siglo XX, la adopción de mecanismos conceptuales define como las políticas de desarrollo territorial. La región Seridó de Paraíba, sitio geográfico de esta investigación, fue incluido en 2010 en el marco de esta política nacional. Este estudio tiene como objetivo analizar el proceso de articulación de los actores sociales y su contribución al desarrollo territorial sostenible Seridó Paraíba, de la construcción de políticas públicas que resultan de este proceso.

Palabras Clave: Coordinación de los Actores Sociales, Políticas Públicas, Desarrollo Territorial Sostenible.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional – PPGDR/UEPB

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR/UEPB

INTRODUÇÃO

A análise do processo de articulação de atores sociais, tem sido uma temática recorrente nos círculos acadêmicos e de pesquisas, permitindo evidenciar esta articulação, compreendida sob a dimensão espacial do território, e sua contribuição para o fortalecimento da participação popular enquanto instrumento propositivo de políticas públicas, compatíveis com os anseios da sociedade civil organizada, a partir do viés territorial na busca da promoção do desenvolvimento sustentável.

No Brasil a política de desenvolvimento territorial sustentável, adotada a partir dos anos 2000, tem na participação social um de seus elementos definidores, sendo esta uma de suas peculiaridades, de modo que a percepção da necessidade da participação dos diversos atores em um dado espaço territorial, na reflexão e no próprio pensar do desenvolvimento, tendo sido evidenciado como um elemento medular para desencadear experiências exequíveis.

O governo brasileiro, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, adotou esta estratégia de desenvolvimento em diversos territórios rurais no país, com o objetivo de direcionar recursos para áreas de desenvolvimento débil, que através da articulação dos diversos atores sociais, debateriam e analisariam estes problemas, e por via desta articulação, apresentar-se-iam propostas de políticas públicas tendo em vistas à superação das desigualdades sociais, econômicas, e ambientais do território.

Assim, dentre os espaços contemplados para implementação desta estratégia de desenvolvimento, está o semiárido nordestino, área em que nitidamente se percebe o atraso social e econômico, configurado através do elevado grau de pobreza, e como área de maior amplitude de desigualdade social visível neste país, apresentando, também, as mais elevadas taxas de exclusão social no Brasil.

Um das explicações clássicas para o entendimento deste fenômeno, atribui às características do ecossistema semiárido as causas do atraso socioeconômico ali visto. A este juízo somam-se motivações de ordem econômica, social e política, sobretudo, as que remetem as questões inerentes ao processo social de produção no semiárido nordestino, marcado por profundas e enraizadas desigualdades. Faz-se necessário, portanto, a construção de alternativas viáveis a convivência (e não resignação) humana produtiva e socialmente equânime nesta área.

Desta feita, a pesquisa almeja integrar e relacionar à temática da articulação de atores sociais incrustados no território, enquanto espaço socialmente produzido e vivido, à temática do desenvolvimento sustentável, aplicado a esta lógica territorial, e como este processo tem contribuído para formulação de políticas públicas, especificamente no Seridó Paraibano, que constitui o *locus* espacial sob o qual se debruça esta pesquisa.

1. A ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A articulação de atores sociais no âmbito territorial tem se mostrado uma temática relevante na construção de estudos sistemáticos voltados à compreensão de novas modalidades do desenvolvimento e intervenções políticas. Este processo enceta uma dinâmica, na qual, a partir desta articulação, políticas públicas com foco no território surgem como mecanismos para promoção do desenvolvimento sustentável.

Contudo, essas redes de articulação de atores, reforçam e ampliam a capacidade de ação coletiva dos atores locais, além evidentemente de estimular a participação e criatividade social, além da formalização de alianças que podem fortalecer a implementação de políticas públicas e a efetividade do

processo da política, construindo condições e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável territorial.

Portanto, os processos sociais aqui pesquisados pressupõem a compreensão do desenvolvimento a partir da análise do processo de articulação de atores sociais no território, em um cenário de interação com seus elementos exógenos, numa análise que pretende a superação do localismo, adotando uma metodologia que permita integrar a visão geral e local, para entendimento de um caso específico.

Assinalando ainda, a ênfase na força que a articulação pode ter na construção deste desenvolvimento, devendo ser reconhecida como uma característica de relevo quando se edifica a tese do desenvolvimento territorial sustentável, tendo em conta a participação dos atores sociais como os novos protagonistas da elaboração das políticas públicas.

1.1. A Abordagem Territorial

O estudo do desenvolvimento territorial sustentável, enquanto abordagem analítica, remonta aos anos de 1970, com as primeiras experimentações que buscavam interpretar uma realidade que se conformara nos países do capitalismo avançado, sobretudo na Europa. Era o mundo que sepultava o *welfare state* e junto dele todo um escopo de práticas fordistas que até então regiam a estrutura econômica vigente.

A ruptura do paradigma tecnológico baseado no mecanicismo, no sistema de produção fordista, deu espaço a um novo padrão produtivista, baseado no paradigma microeletrônico informacional flexível, e na globalização econômica, de modo que a partir daí reescreve-se todo o conjunto de políticas, conceitos e por que não mencionar o próprio *modus operandi* do sistema capitalista.

Estas transformações, vivenciadas pelo capitalismo avançado, permitiram a introdução de novas ideias, como a do eco desenvolvimento. Este novo enfoque, contextualizou-se com o conceito de território para ser a chave da compreensão de um arcabouço teórico incipiente.

Neste novo quadro, as categorias analíticas adquiriram novas facetas. O território, que antes era mero suporte físico as atividades econômicas, o deixou de ser, adquirindo relevo. Construíram-se novos elementos, que se estruturaram na formatação de novas concepções acerca do entendimento do mundo capitalista. Novos padrões produtivos, conectados a uma realidade mais ampla, plural, afloraram e redefiniram o sistema econômico global, e conseqüentemente as metodologias analíticas do mesmo.

O território, assim, deixa de ser um elemento externo à atividade econômica, devendo ser analisado de forma integrada ao conjunto das relações sociais que nele se materializam. Incorpora-se, dessa forma, o território como elemento fundamental do processo produtivo, enquanto simultaneamente é a materialização das conseqüências deste mesmo processo produtivo. (MATTEO, 2011, p.79)

A compreensão da crise que se descortinara no mundo desenvolvido, naquele instante histórico, consistia no entendimento de que a mesma derivava do soterramento do modelo de regulação e da política econômica vigente. O território era o espaço sobre o qual as atividades sociais se alocavam, era a plataforma sob a qual o sistema de reprodução capitalista se estruturava, sob uma dada formatação, a qual estava na iminência de dissipar-se, para o erguimento de um novo padrão produtivo.

Entender os processos pelos quais passa atualmente a organização do território pressupõe o conhecimento das transformações dos processos produtivos que decorreram da crise do modelo fordista de produção, uma vez que a produção do espaço local e regional é parte integrante de um dado regime de regulação social,

e cada um cria formas específicas de organização espacial do processo produtivo. (MATTEO, 2011, p.80)

O modelo fordista sinteticamente pode ser entendido a partir de um tripé, que reunia três paradigmas: o **paradigma industrial**, visto como princípio organizador do trabalho, em que o fordismo devia ser arrostado como taylorismo com mecanização; **regime de acumulação**: a estrutura macroeconômica implica que os ganhos de produtividade resultantes dos princípios de organização adotados, tenham uma contrapartida no aumento dos investimentos provenientes dos lucros e do aumento do poder de compra dos trabalhadores assalariados; e **modo de regulação** em que o sistema de regras condiciona um contrato de longo prazo nas relações salariais, permitindo que se mantenha a coesão social, típica do padrão *welfare state*. (MATTEO, 2011).

No instante que estes paradigmas entraram em crise, o sistema passou a apresentar suas contradições em que se esboçou sua derrocada, para o surgimento de um novo modelo de apropriação capitalista. Em síntese, o sistema em queda apresentava elementos que o definiam, a exemplo da estruturação dos sistemas produtivos, baseados nas técnicas fordistas e tayloristas, na regulação macroeconomia e num conjunto de regras e normas sob as quais se assentavam as relações de trabalho e as próprias relações sociais gerais. A compreensão da crise pressupõe o entendimento destas características e a partir do momento em que as mesmas passam a ruir, todo o sistema entra em colapso e desmorona.

Nesta conjuntura torna-se notória uma ruptura, uma mudança paradigmática que reescreve a história capitalista a partir deste ponto. Esta mudança do paradigma produtivista dominante e o surgimento de um novo padrão desenvolvimentista permitiu que novas construções conceituais surgissem ou se afirmassem. Assim, o território, enquanto categoria analítica, adquire significância na abordagem desenvolvimentista, sobretudo, como dimensão espacial para execução de políticas públicas indutoras do desenvolvimento.

A valorização dos territórios, ou da ‘localização do desenvolvimento’, chama-nos a atenção para alguns aspectos teóricos relacionados a distintas perspectivas que renovam os fundamentos da promoção do desenvolvimento por meio de políticas públicas. (LEITE, et al, 2011, p. 13).

Esta abordagem surge e se afirma como resultado do processo de transformações vivenciadas pelo capitalismo, conforme descrito, em que as transformações sociais daí decorrentes introduzem novas ideias, como a do desenvolvimento territorial sustentável. (FAVARETO, 2010).

É, portanto, a partir deste contexto que surge a perspectiva de articulação dos atores sociais, como elemento fundamental para o entendimento do processo de construção e formulação das políticas públicas capazes de promoverem este desenvolvimento, com *locus* no espaço territorial com um viés sustentável. Neste sentido, “identificamos a revalorização da dimensão espacial da economia e a afirmação da governança territorial como meio para tornar atores locais agentes dos processos de elaboração e implementação de políticas públicas”. (LEITE, et al, 2011).

Assim, percebe-se o entrelaçamento destas categorias para a promoção do desenvolvimento, sob uma abordagem que vislumbra o enfoque territorial, a partir da perspectiva de sustentabilidade para que se formule uma concepção explicativa de um modelo de desenvolvimento globalmente difundido e aplicado nos anos recentes, sobretudo, na América Latina.

Nesta perspectiva, a tese do desenvolvimento territorial dá ênfase ao protagonismo local, focado na participação dos atores sociais fixados no território, devendo ser vista como um elemento definidor. Considerando que o poder de articulação e mobilização, se traduz na capacidade de atrair a atenção efetiva das pessoas para os temas e problemas, esse poder deve ser mensurado pela expressão dos

interlocutores que têm seus respectivos poderes para convencer, aglutinar um conjunto de pessoas em torno de um projeto social, contribuindo para encaminhar o assunto, seja ele de natureza técnica, política, econômica ou operacional.

1.2. Os Atores Sociais

Os processos sociais aqui pesquisados, pressupõem a compreensão do desenvolvimento a partir da análise do processo de articulação de atores sociais no território, em um cenário de interação com seus elementos exógenos, numa análise que pretende a superação do localismo, adotando-se uma metodologia que permita integrar a visão geral e local, para entendimento de um caso específico.

Deste modo, essa interlocução irá impactar na abordagem de desenvolvimento aqui analisada, a ponto de se reconhecer a importância destes fatores extraterritoriais ou exógenos, como o processo de globalização e suas especificidades, como instrumentos que interagem significativamente para formatação do modelo de desenvolvimento territorial sustentável.

Esta interação de conceitos e de categorias analíticas para concepção desta abordagem, exige a descrição do processo de articulação de atores sociais, inserto em um cenário que contextualize o espaço em que estes atores (protagonistas do desenvolvimento) atuam a um quadro de economia globalizada.

Há exagero ao se considerar a tese de que o desenvolvimento territorial tem no protagonismo local ou crescimento endógeno seu elemento determinante. Desde que haja confluência de interesses para tal, é preciso se reconhecer a importância dos fatores extraterritoriais, tais como: o processo de globalização como elementos que impactaram significativamente o desenvolvimento regional ou territorial. (NETO, 2010. p. 74).

Assim, a construção epistemológica aqui feita consiste em evidenciar o princípio do desenvolvimento territorial sustentável vista de uma perspectiva abrangente, a partir das potencialidades da realidade local dentro do espaço global, condensando elementos históricos, estruturais, culturais, permitindo que sua gênese, evolução e relações sejam desnudadas.

Portanto, a ideia aqui é integra-las na construção de uma perspectiva mais substanciada e consistente de desenvolvimento que se constitui como ferramenta importante para assegurar uma evolução solidária da unidade territorial rumo à ativação econômica e à redução das desigualdades em múltiplas escalas.

Assim, cabe olhar para o território tentando estabelecer o que representa a articulação de atores sociais, enquanto mecanismo para atendimento de necessidades e de realização de expectativas as mais diversas. Dentre elas, a construção do desenvolvimento territorial sustentável, que deve ser identificado como a força motriz capaz de transformar-se em uma promissora oportunidade para plugar interesses sociais, gerando impactos positivos sobre as condições vigentes no cenário do Seridó Paraibano.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação propõe pesquisar o processo de articulação de atores sociais e sua contribuição para a proposição de políticas públicas, capazes de encetar Desenvolvimento Territorial Sustentável, no *locus* espacial sob o qual se debruça os esforços deste inquérito científico, o Território do Seridó Paraibano.

Assim, segue um procedimento racional e sistemático desenvolvido através da utilização de procedimentos científicos, metamorfoseados sob o formato de conhecimentos teóricos, métodos e

técnicas, que têm por objetivo buscar respostas aos problemas formulados a partir da temática que pretende explorar.

Resulta de análises que contemplam a investigação de dados secundários e da observação *in loco* das atividades empreendidas no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Seridó Paraibano, entre agosto de 2009 e março de 2013, sendo assim, apresenta resultados preliminares que irão compor um conjunto de informações a serem finalizadas e apresentadas à comunidade acadêmica em um instante posterior.

O aporte teórico selecionado, fomentou lastro ao conjunto de dados e informações compiladas, de modo a permitir a integração de elementos para consecução das análises, centradas nos aspectos econômicos e sociais, estando estas, focadas sob uma perspectiva geográfica, de modo a permitir a homogeneização destas informações para o espectro de municípios examinados.

A presente exposição, entretanto, se reveste de importância na medida em que há um conjunto expressivo de dados e informações já coletadas, devendo as mesmas serem veiculadas através da presente transcrição.

2.1. Caracterização: Localização e Aspectos Geográficos do Território do Seridó Paraibano

A proposta de criação do Território do Seridó Paraibano surgiu em 2009, com o objetivo de integrar esta região à Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, proposta pelo MDA, sendo composto por sete municípios: Cubati, Juazeirinho, Olivedos, Tenório, São Vicente do Seridó, Pedra Lavrada e Pocinhos.

A lógica de formação geográfica do território delineou o agrupamento de municípios, que compõem microrregiões diferentes, segundo a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, assim como regiões geoadministrativas distintas, conforme a metodologia adotada pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba – IDEME-PB.

Deste modo, o território é formado por municípios integrantes da microrregião do Seridó Oriental Paraibano: Cubati, São Vicente do Seridó, Tenório, Juazeirinho e Pedra Lavrada; e microrregião do Curimataú Ocidental Paraibano: Olivedos e Pocinhos. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2013). Assim como da 3ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba: Juazeirinho, Tenório, Olivedos e Pocinhos; e da 4ª Região Geoadministrativa: Cubati, Pedra Lavrada e São Vicente do Seridó (Instituto de Desenvolvimento Municipal do Estado da Paraíba [IDEME], 2013).

Juntos, estes municípios ocupam uma área de 2.286 km², com população estimada em 64.819 pessoas, o que implica em uma densidade demográfica de 28,35 pessoas por km², pouco superior à média nacional, estimada em 22,75 pessoas por km². A área ocupada pelo território equivale a 4,05% da área geográfica estadual, e seu contingente populacional perfaz 1,72% da população paraibana. (IBGE, 2013).

Outros elementos geográficos, característicos do Seridó Paraibano, podem ser citados como mecanismos capazes de refletir sua morfologia, a exemplo de sua cobertura vegetal típica, a natureza de seus solos, e seu regime periódico de pluviosidade.

Incrustados no semiárido nordestino, os municípios que compõem o Território do Seridó Paraibano, apresentam similaridades geográficas, como cobertura vegetal predominantemente da caatinga, em especial plantas xerófilas; solos arenosos e graníticos; e marcada presença de estiagem prolongada, ocasionando drástica redução da atividade econômica geral.

O espaço pesquisado apresenta elementos típicos de um ecossistema do sertão do nordeste brasileiro, em que predomina o clima semiárido, prevalecendo continuamente elevadas temperaturas e uma distribuição irregular das chuvas, em que se percebe com nitidez, apenas duas estações definidas: uma seca com períodos prolongados e outra com chuvas, reduzidas a períodos relativamente curtos e de

alta magnitude, ficando toda a região sujeita a longos períodos de estiagem que repercutem diretamente nas condições de sobrevivência do contingente demográfico ali fixado. Diante o exposto, configura-se como região significativamente afetada por suas limitações naturais, pela baixa intensidade de sua atividade econômica e pela baixa densidade demográfica.

Estas características determinam a tipificação da produção agrícola, qualificada como: oscilante, descontínua e limitada aos períodos de boa precipitação pluviométrica, sujeitando-se às imposições climáticas típicas do ecossistema no qual se insere, não estando dotado de infraestrutura de produção adaptada à estiagem, fator que contribui para os baixos índices de desenvolvimento humano e PIB *per capita*. Abaixo o mapa do Estado da Paraíba com a localização do Território do Seridó, compreendido pela parte sombreada em azul na figura 1.

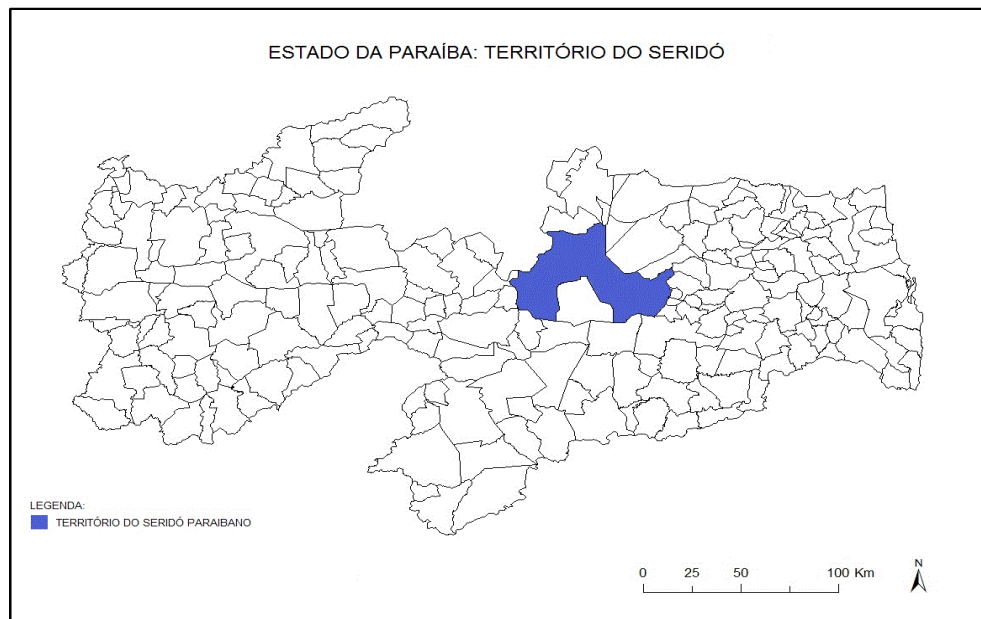


Figura 1 – Estado da Paraíba: Território do Seridó.

Fonte: Elaboração própria.

A constatação desta realidade forçou os diversos atores sociais aí fixados a envidarem esforços, no intuito de construir soluções, ou mesmo alternativas a superação deste quadro, sendo assim, em 2009 uniram-se na tentativa da concretização destas possíveis soluções, através da constituição do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Seridó Paraibano.

2.2. A Constituição do Fórum e sua importância para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Seridó Paraibano

Os representantes dos municípios anteriormente mencionados, se articularam com o objetivo de constituírem um espaço de debates, através do qual possibilitariam a solidificação da estratégia coletiva de composição do território.

Assim, em 10 de agosto de 2009, surgiu o Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Seridó Paraibano, arena na qual os municípios estariam representados por atores sociais locais, integrantes da sociedade civil organizada e dos poderes públicos. É nesta instância que o problema de pesquisa se materializa, pois nela ocorre o processo de articulação de atores com vistas à construção coletiva de políticas públicas, que poderão promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Desde que as entidades atuantes nos sete municípios aqui abordados (sejam do Poder Público ou da Sociedade Civil) passaram a se reunir com intuito de formarem e organizarem um espaço de debate e construção coletiva de políticas públicas de recorte territorial, diversas políticas públicas foram apresentadas, constituindo alternativas para construção de instrumentos capazes de promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável pretendido pelos integrantes do Fórum e para o Seridó Paraibano. As políticas públicas apresentadas e debatidas foram: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Política Nacional e Estadual de Assistência Técnica Rural – ATER, Plano Safra, Garantia Safra, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Política Nacional de Reforma Agrária, Programa Arca das Letras, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Plano Nacional de Saneamento Básico.

Todos estes programas e políticas, têm sido debatidos no âmbito do Fórum e representam perspectivas de desenvolvimento para região, na medida em que constituem elementos capazes de superar ineficiências e carências presentes no território, estando algumas destas ações já em execução.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta uma compilação de dados espaciais, demográficos e econômicos. Objetiva mensurar o grau de desenvolvimento presente, para que se possam estimar as razões que motivam os debates ocorridos nas reuniões do Fórum de Desenvolvimento Territorial, a partir do entendimento que os atores sociais têm a respeito desta temática e como estes dados refletem a atualidade do desenvolvimento no espaço pesquisado.

O levantamento destas informações para mensuração do estágio atual do desenvolvimento municipal do Seridó Paraibano, foi feito através de pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa, que permitiu acompanhar *o estado da arte* e ampliar as análises e reflexões sobre o grau de desenvolvimento presente. Foram coletadas a partir de bancos de dados de instituições de pesquisa públicos, de modo que sua exposição será feita em conjunto e por município.

3.1. Constituição Espacial e Demográfica

Este segmento de informações está composto por cinco variáveis: população residente total; população residente na zona urbana; população residente na zona rural; pessoal ocupado total; e pessoal ocupado total em percentual populacional.

Todas as informações concernentes a estas variáveis foram obtidas através de consulta aos dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE.

TABELA 1: VARIÁVEIS GEOGRÁFICO-POPULACIONAL

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE - ZONA URBANA	POPULAÇÃO RESIDENTE - ZONA RURAL	PESSOAL OCUPADO TOTAL	PESSOAL OCUPADO TOTAL (%)
POCINHOS	17.032	9.618	7.414	1.201	7,05
JUAZEIRINHO	16.776	9.124	7.652	1.390	8,29
SÃO VICENTE DO SERIDÓ	10.230	4.597	5.633	648	6,33
PEDRA LAVRADA	7.475	3.075	4.400	729	9,75
CUBATI	6.866	4.769	2.097	686	9,99
OLIVEDOS	3.627	1.902	1.725	235	6,48
TENÓRIO	2.813	1.673	1.140	358	12,73

Fonte: IBGE

A Tabela 1 apresenta os dados referentes aos contingentes populacionais totais e divididos por zona de ocupação (urbano ou rural), além da estimativa de pessoal ocupado total, e a proporção de pessoal ocupado em relação à população total, neste caso, se faz menção a empregos existentes em âmbito municipal, considerados como formais e que estão presentes em estatísticas de levantamento da taxa de emprego no país.

A partir da análise das informações acima expressas, depreende-se que dos sete municípios que compõem o Território do Seridó Paraibano, dois deles são eminentemente rurais, São Vicente do Seridó e Pedra Lavrada, ao passo que os demais concentram mais da metade de suas populações no espaço urbano, tal dado explica-se pela tendência histórica do êxodo presente nos espaços rurais, não apenas no *locus* geográfico em análise, mas, presente em todo semiárido nordestino.

A estatística mostra ainda a não relação direta entre os municípios com maior população e aqueles com maior número de empregos formais, sobretudo quando se vislumbra a participação relativa do emprego sobre a população residente total. É possível perceber que estes dados apontam o município com menor população como sendo aquele que apresenta maior taxa de emprego, depreende-se que esta dinâmica advém do comportamento do emprego no setor público, principal empregador formal nestas cidades.

3.2. Conjuntura Econômica

As variáveis de natureza econômica foram obtidas junto ao IDEME. São dados referentes ao PIB total; PIB *per capita* e Valor adicionado bruto por setores, expressas no Quadro 1.

QUADRO 1: VARIÁVEIS ECONÔMICAS					
MUNICÍPIO	PIB TOTAL R\$ (1.000)	PIB Per Capita - R\$	VAB AGROPECUÁRIA R\$ (1.000)	- VAB INDÚSTRIA R\$ (1.000)	- VAB SERVIÇOS R\$ (1.000)
POCINHOS	76.516	4.495,65	7.512	10.396	58.052
JUAZEIRINHO	74.857	4.462,12	3.052	9.480	56.921
SÃO VICENTE DO SERIDÓ	38.301	3.743,97	2.405	4.773	30.773
PEDRA LAVRADA	34.256	4.582,74	2.081	4.203	26.413
CUBATI	29.356	4.274,28	1.970	3.375	23.242
OLIVEDOS	17.279	4.764,10	1.761	1.827	11.221
TENÓRIO	13.907	4.938,74	954	1.394	1.329

Fonte: IDEME

A análise do PIB Municipal nos revela que não há analogias no tocante a esta variável, tendo em vista que se podem agrupar os municípios em três blocos. O primeiro contempla os municípios de Juazeirinho e Pocinhos, com PIB superior a 70 milhões de reais, um segundo agrupamento composto por São Vicente do Seridó, Pedra Lavrada e Cubati reúne entes com PIB que variam entre aproximados 29 e 38 milhões reais, e por fim Olivedos e Tenório com PIB inferiores a 17,5 milhões de reais.

Nesta investigação percebe-se equivalência entre o ranking aqui elaborado e a estimativa populacional, ou seja, os municípios mais populosos são também aqueles que possuem a maior renda agregada. Outro aspecto relevante realçado é a diferença de renda entre os municípios, por exemplo, o hiato entre Pocinhos e Juazeirinho (maior PIB) e Olivedos e Tenório (menor PIB) é expressivo. O PIB de Pocinhos equivale a 5,5 vezes o PIB de Tenório e a 4,4 vezes o PIB de Olivedos. Juazeirinho apresenta PIB 5,3 vezes superior a Tenório e 4,3 vezes superior a Olivedos, o que imprime destacável diferença de renda agregada municipal.

Sobre a análise do Valor Adicionado Bruto por setores, pode-se inferir que as atividades tipicamente urbanas, (indústria e serviços) prevalecem sobre a componente rural na formação de valor agregado, de modo que quanto maior a população urbana, maior o VAB dos setores industrial e de serviços.

A análise do PIB *per capita* apresenta resultados bastante diversos se comparados às outras estatísticas de mensuração socioeconômica, assim, os maiores PIB *per capita* pertencem aos municípios com menor população e PIB Total, Tenório e Olivedos, não se verificando uma relação imediata entre as variáveis, população residente e renda *per capita*. Na sequencia Pedra Lavrada, Pocinhos e Juazeirinho integram o ranking desta variável, neste caso suas posições relativas se atribuem a combinação das respectivas variáveis: população residente total e valor adicionado bruto por setores econômicos. Por fim, Cubati e São Vicente do Seridó, formam os menores PIB *per capita* do Território do Seridó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresenta resultados parciais de pesquisa, desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, que através de levantamento exploratório com abordagem quanti-qualitativa, e coleta de dados secundários, permitiu acompanhar o *estado da arte* acerca da temática pesquisada e como esta opera no *locus* geográfico do Território do Seridó Paraibano, visando à ampliação das análises e reflexões sobre a articulação dos atores sociais e sua contribuição para a construção de políticas públicas capazes de fomentar o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Nesta primeira etapa da pesquisa, o exame dos dados coletados permitiu o conhecimento das conjunturas espacial, demográfica e econômica, subsidiando o acréscimo de informações inerentes à instrução dos problemas, que resultaram e resultam na letargia do desenvolvimento da região, em parte explicado pela conformação das conjunturas aqui expressas. Também nesta primeira etapa, buscou-se, através da observação participante no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Territorial, compreender as motivações encetadas pelos diversos atores sociais ali presentes, para concepção das estratégias de desenvolvimento adotadas, depreendendo-se que as mesmas derivavam muito mais de impulsos exteriores ao território, do que propriamente resultantes do processo de articulação social, embora seja perceptível que estas estratégias, em função dessa articulação, se moldaram à lógica do desenvolvimento territorial pretendido.

Assim, pode-se afirmar que o debate sobre o desenvolvimento territorial do Seridó Paraibano, ocorre ainda em estágio incipiente, em que a temática abordada se fixa na adoção de políticas construídas ao exterior do território, sem levar em conta a necessidade de seleção das mesmas, às quais devem ser priorizados, no intuito de debelar os problemas tidos como mais relevantes e mais urgentes de solução no curto e médio prazo.

Desse modo, não há como não constatar que as ações pretendidas ou mesmo esboçadas como estratégias ao desenvolvimento do Seridó Paraibano esbarram nas limitações orçamentárias dos poderes públicos, quem não podem custear a implementação de tais políticas, sem o devido aporte financeiro, e mesmo sem que haja a exaustão do debate junto aos atores sociais envolvidos na construção destas políticas, as quais devem refletir a iminência dos reais problemas que afetam a região, permitindo um maior grau de eficiência no que tange a seleção das políticas públicas a serem priorizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAVARETO, Arilson. Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. In: _____. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2007.

IBGE. Séries Estatísticas & Séries Históricas em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>. Acesso em 09 de fevereiro de 2013.

IDEME. Indicadores Socioeconômicos do Estado da Paraíba http://www.ideme.pb.gov.br/index.php/indicadores-especiais/indicadores_socioeconomicos.html. Acesso em 18 de abril de 2013.

LEITE, Sérgio Pereira. et. al. *Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores). Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.14).

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MATTEO, Miguel. Teorias de Desenvolvimento Territorial. In: *Economia Regional e Urbana: Teorias e Métodos com Ênfase no Brasil* / Organizadores: Bruno de Oliveira Cruz [et al.]. -Brasília: IPEA, 2011. p. 79-112.

NETO, Leonardo Guimarães. Antecedentes e Evolução do Planejamento Territorial no Brasil. In: _____. *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).

NOVAES, Ricardo Carneiro. Investindo em Capital Social com Estratégia para Construção da Sustentabilidade Local: Apontamentos teórico-metodológicos. In: _____. *Anais do Engema 2005*. Rio de Janeiro, RJ.

ROSSINI, Rosa Ester. Interligações do Rural-Urbano e Desenvolvimento Sustentável. In: _____. *Costurando com Fios Invisíveis: a fragmentação do Território*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

STORPER, Michael. *The regional world: Territorial Development in a Global Economy*. http://books.google.com.br/books?id=Z_Z73iMMDQMC&printsec=frontcover&dq=inauthor:%22Michael+Storper%22&hl=en&sa=X&ei=ccHgUaD6LsmjqQGR3oHYDg&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false. Acesso em 12/05/2013.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Relatório B3 – Listagem de Agricultores Homologados pelo CMDRS – Programa Garantia Safra, em: <http://smap4.mda.gov.br/GarantiaSafra/Relatorios/default.aspx?relatorio=15>. Acesso em 09 de fevereiro de 2013.